

Modelos de polos de apoio presencial no sistema UAB

*Juliana Cordeiro Soares Branco¹,
Maria do Carmo de Lacerda Peixoto²*

Resumo

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n. 9.394 de dezembro de 1996, ao regulamentar a Educação a Distância-EaD ocasiona aumento de instituições, cursos e matrículas relacionadas ao ensino a distância. Nesse contexto, o presente artigo versa sobre a organização de polos de apoio de aprendizagem do Sistema Universidade Aberta do Brasil-UAB. Para tal apresenta pesquisa empírica realizada em três polos do Estado de Minas Gerais. Os dados coletados permitem identificar diferentes organizações desses polos diante de suas condições objetivas de funcionamento que se relacionam diretamente com a gestão municipal onde os polos estão localizados. A pesquisa teve caráter qualitativo, envolvendo estudo exploratório e comparativo que permitiu verificar as diferentes formas de implementação da política UAB nos polos.

Palavras-chave: UAB. Educação a distância. Pólos de apoio presencial

1 Graduada em Pedagogia pela UEMG e em Comunicação Social pelo Centro Universitário Newton Paiva. Especialização em Gestão de processos educativos pelo Centro de Estudos Educacionais de Minas Gerais. Mestre em Educação Tecnológica pelo CEFET-MG. Doutora e pós-doutora pela Faculdade de Educação da UFMG. Professora da Faculdade de Educação da UEMG.

2 Graduada em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Mestre em Sociologia do Desenvolvimento pela UnB e em Administração da Educação pela Fundação Getúlio Vargas. Doutora em Educação Brasileira pela UFRJ. Professora titular da Faculdade de Educação da UFMG. Pesquisadora da área de políticas para a educação superior.

Introdução

Ao ser comparada com o ensino presencial, a EaD é uma modalidade recente de educação superior e demanda, por isso, processos amplos de avaliação de cursos, professores e métodos. Esta avaliação deve configurar-se em um processo permanente e consequente, de forma a subsidiar o aperfeiçoamento dos sistemas de gestão e pedagógico, produzindo efetivamente correções na direção da melhoria de qualidade do processo pedagógico coerentemente com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Para ter sucesso, essa avaliação precisa envolver os diversos atores: estudantes, professores, tutores e quadro técnico-administrativo.

Cabe salientar que as IES e os cursos de graduação presenciais ou a distância são avaliados pelo INEP, que conduz o sistema de avaliação de cursos superiores no País e produz indicadores e um sistema de informações que subsidia tanto o processo de regulamentação, exercido pelo MEC, como garante transparência dos dados sobre qualidade da educação superior a toda sociedade. Para a produção dos indicadores, o INEP utiliza o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes e as avaliações in loco realizadas pelas comissões de especialistas.

Os documentos legais são importantes para a regulamentação e o controle da expansão da EaD. As regras de credenciamento e credenciamento fizeram com que o MEC fechasse instituições e cursos de EaD. Evidente que a regulamentação por si só não é garantia de qualidade, mas sem ela fica mais difícil criar parâmetros para identificar falhas no sistema educacional. A EaD tem se materializado e interferido no sistema educacional mundial e desse modo precisa ser estudada, problematizada e regulamentada.

Nesse cenário de expansão da EaD o Governo Federal estabelece políticas para formação de professores a distância e assim tenta preencher a lacuna existente para essa formação. Algumas dessas políticas são: de Formação para professores em Exercício (Proformação) (1999), Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo) (1997); *Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício no Ensino Fundamental e no*

Ensino Médio (Pró-Licenciatura) (2005); Banco Internacional de Objetos Educacionais e Universidade Aberta do Brasil (2005).

O sistema UAB

Para a oferta, a UAB conta com polos de apoio presencial que podem ser vistos como unidades de uma instituição de ensino fora da sede. Os polos estão localizados em diversos municípios do País e são responsáveis, sobretudo, pela gestão técnico-administrativa, pelo apoio presencial, pela gestão da secretaria acadêmica e pela gestão de resultados fora da sede da instituição. Cada polo poderá ofertar cursos de uma ou mais Instituições de Ensino Superior (IES), que são responsáveis pela execução das atividades curriculares e pela expedição dos diplomas (Brasil, 2006).

Desse modo, e utilizando da modalidade de EaD, tornou possível a oferta de cursos de formação inicial e continuada para camadas da população que têm dificuldades de acesso à formação universitária por estarem isoladas em locais aonde o ensino presencial não chega ou por não terem disponibilidade de frequentar uma universidade diariamente.

As IES realizam parcerias com os municípios para a criação de polos de apoio presencial visando atender as demandas de formação de cada região. Em levantamento preliminar realizado junto ao site da UAB/CAPES, haverá, em 2015, no País, 652 polos de apoio presencial do Sistema UAB.

A UAB nos polos pesquisados

Neste trabalho são apresentados dados referentes a pesquisa empírica realizada em três polos UAB, em 2012. São eles: Polo de Conceição do Mato Dentro, Polo de Conselheiro Lafaiete e Polo de Governador Valadares. A pesquisa teve caráter qualitativo, envolvendo estudo exploratório e comparativo que permitiu verificar as diferentes formas de implementação da política UAB nos pólos.

Segundo informações contidas no site UAB/CAPES, os polos são unidades físicas para o desenvolvimento das atividades pedagógicas

e administrativas dos cursos de forma descentralizada. De acordo com o Decreto n. 5.800, de 2006, devem ser mantidos pelas prefeituras e estados para oferecer a infraestrutura física, tecnológica e pedagógica que atenda à formação dos estudantes (Brasil, 2006). Nesse local, ocorrem os momentos presenciais, o acompanhamento presencial do aluno, as práticas laboratoriais e as avaliações presenciais. Assim, “o objetivo dos polos é oferecer o espaço físico de apoio presencial aos alunos da sua região, mantendo as instalações físicas necessárias para atender aos alunos em questões tecnológicas, de laboratório, de biblioteca, entre outras” (Universidade Aberta do Brasil/CAPES, 2015).

Há uma orientação da UAB com uma proposta mínima de estrutura para o polo que deve conter sala de secretaria, sala de professores, sala de coordenação, sala de tutores, biblioteca, laboratórios e sala de aula. Também há uma orientação em relação aos recursos humanos, pois cada polo deve contar com um coordenador de polo, tutores presenciais, técnicos para os laboratórios, bibliotecária e auxiliar de secretaria; sendo que a UAB, por meio da CAPES e do FNDE, paga bolsa para o coordenador e os tutores e a prefeitura deve manter os outros funcionários.

Para garantir que o polo cumpra suas obrigações, há uma série de documentos que formalizam as ações. Entre eles, destacam-se o instrumento legal de criação do polo UAB, que especifica a dotação orçamentária e a lotação de pessoal; o orçamento anual do mantenedor incluindo as despesas do polo; o termo de compromisso do mantenedor, junto à CAPES; a documentação de propriedade, de aluguel ou de cessão de espaço e o termo de cessão de uso de espaços pedagógicos que não sejam próprios do polo.

A Diretoria de Educação a Distância da CAPES analisa esses documentos e também visita o polo “para monitorar e cadastrar suas condições de infraestrutura física e tecnológica, de recursos humanos e de documentação. A partir dessa visita, o polo integrará provisoriamente o Sistema UAB, caso a sua situação seja definida como Apto (AA) ou Apto com Pendências (AP).” (Universidade Aberta do Brasil/CAPES, 2015).

A cada três anos, o polo será submetido a uma visita de monitoramento, feita pela Diretoria de Educação a Distância da CAPES, além das visitas

previstas para integrá-lo ao Sistema UAB. Os polos também são visitados pela comissão de avaliação de cursos, para reconhecimento dos mesmos.

Sobre o cotidiano de funcionamento dos polos, foi possível verificar, pelas visitas realizadas e pelas entrevistas, que os mesmos abrem de segunda a sábado e geralmente possuem infraestrutura e recursos humanos adequados. Observou-se que a forma de organização vai depender da quantidade de cursos ofertados e das necessidades desses cursos, assim como dos investimentos municipais que o polo recebe. Por exemplo, se é ofertado curso de química, ele precisa ter um laboratório para esse fim.

Sendo a manutenção do polo de responsabilidade da Prefeitura, a organização do mesmo também depende do interesse da gestão municipal na oferta dos cursos UAB, ou seja, a organização da infraestrutura do local depende da importância que o município dá para essa política.

A seguir, será descrito o funcionamento dos três polos pesquisados.

Polo de Conceição do Mato Dentro

Em Conceição do Mato Dentro não há um prédio exclusivo para ser polo UAB. Então, é utilizado o espaço do Centro Vocacional Tecnológico (CVT)³, que empresta uma sala de aula e uma sala de informática para os tutores trabalharem, os alunos estudarem e fazerem atividades e provas. Assim, em relação à infraestrutura, o polo é precário, pois não atende as exigências em relação ao espaço físico, aos materiais e aos recursos humanos, de acordo com as orientações da UAB/CAPES citadas anteriormente. Talvez por isso sejam ofertados poucos cursos no mesmo. Em 2013, foram ofertados dois cursos de licenciatura no polo.

Em entrevista, a Coordenadora do polo destaca que há uma vontade de ter um espaço melhor para os cursos e que estão buscando junto a prefeitura concluir essa melhoria.

3 O CVT de Conceição do Mato Dentro é uma unidade da Rede Mineira de CVTs, projeto do Governo de Minas, coordenado pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com apoio das Prefeituras Municipais. O objetivo é ampliar a capacitação local e regional; combater a exclusão digital e social; gerar emprego e renda; e contribuir para a melhoria de vida da população a partir da capacitação profissional. Para isso, três frentes de trabalho estão em atuação: alfabetização digital, inovação e formação e aperfeiçoamento profissional.

Um tutor presencial também lamenta a precariedade do polo, considera a localização do mesmo inadequada, com trânsito muito intenso na localidade. Alega que não há espaço, nem mobiliário e nem equipamentos adequados para o estudo.

De acordo com as entrevistas realizadas, essa precariedade é reflexo das questões políticas do município que não direciona investimentos para esse fim. Segundo os tutores presenciais entrevistados, a política no município é extremamente instável. Em três anos e meio, houve uma alternância grande de prefeitos, devido a denúncias de corrupção. Como o Coordenador do polo é indicado pelo prefeito, a mesma coisa acontecia com esse cargo e assim não houve um trabalho sério e contínuo que visasse melhorar o local.

Sobre o cotidiano, os tutores e coordenadores afirmam que, durante a semana, os alunos podem ir ao polo para estudar, procurar o tutor presencial, sanar alguma dúvida e, aos sábados, tem os encontros, que geralmente são usados para aplicação de provas, já que é comum ter provas presenciais todos os sábados e esta é uma atividade obrigatória para os alunos.

Nesse polo, não há biblioteca ou secretaria de curso. Então, a única funcionária da Prefeitura é a Coordenadora, trabalhando de segunda a sexta no período da manhã no local e na Prefeitura no período da tarde. Também trabalha todos os sábados em horário integral no polo.

Os tutores entrevistados enfatizam a importância da infraestrutura, mas afirmam também que tê-la não é a garantia de alcance dos objetivos educacionais, pois apesar de toda a precariedade enfrentada por eles, no polo há alunos muito bons, com ótimo desempenho.

Em síntese, como relatado, o polo é de responsabilidade da Prefeitura. Ela deve manter a infraestrutura e os funcionários, o que leva a uma interferência da política municipal na organização do local. Como o cargo de Coordenador do polo é uma indicação, esse se torna também um cargo político. Os entrevistados expressam a vontade de terem uma estrutura adequada para trabalhar, pois isso traz mais segurança para quem trabalha e estuda no lugar. De fato, é importante uma infraestrutura adequada, já que é onde os alunos se encontram, é uma referência para

alunos e tutores, é também espaço de estudo e de formação desses alunos. Dentre todas as precariedades do polo, os alunos, tutores e coordenadores sentem maior falta de uma biblioteca bem estruturada e apontam a questão da sala de aula que não é adequada e da precariedade do laboratório de informática.

Polo de Conselheiro Lafaiete

O polo de Conselheiro Lafaiete possui um prédio alugado pela Prefeitura para atender exclusivamente à UAB. Nesse prédio funcionava uma faculdade particular e, por isso, está preparado fisicamente para oferecer diversos cursos e de diversos níveis.

O Coordenador relatou que a infraestrutura do polo é composta por secretaria acadêmica, sala de coordenação, biblioteca, sala de tutoria, salas de aula, banheiros, dois laboratórios de informática, laboratório de geomorfologia, brinquedoteca, sala para webconferência e videoconferência. Relatou também que, em cada laboratório de informática, há 25 computadores, sendo possível atender a duas turmas por vez.

Nesse polo, há funcionários pagos pela Prefeitura, são eles: secretário de ensino, auxiliar de secretaria, bibliotecário, técnico em informática, vigias e faxineiras. Há um envolvimento da gestão municipal, o que permite a oferta de mais cursos. Em 2013, foram ofertados 10 cursos de graduação no local.

O Coordenador é também diretor de escola pública há vários anos e tem grande experiência em gestão. Ele define suas responsabilidades como alguém responsável por dar condições adequadas de estudo e trabalho para aqueles que frequentam o local. Essas condições envolvem infraestrutura, materiais, equipamentos, logística, entre outras.

O Coordenador também comenta que, para a instalação de um polo UAB, a Prefeitura precisa cumprir normas, assinar um termo, estabelecer os cargos mínimos, ou seja, se responsabilizar pelo trabalho de formação. Há uma corresponsabilização que é fundamental para o funcionamento do polo e em consequência dos cursos. Então, é essencial que o polo e

a Prefeitura sejam parceiros e que haja um bom fluxo de informações entre eles, inclusive para implemento de melhorias. Como melhorias em relação ao polo, ele acredita na necessidade de ter uma sede própria, que a política para a UAB deveria colocar isso em pauta.

Os tutores e a professora-formadora que trabalham no polo consideram a estrutura adequada, pois há pessoal treinado, há possibilidade de estudo e encontros todos os dias e em diversos horários com pessoal organizado para receber os participantes

Esse polo está melhor estruturado, pois possui um prédio alugado para a UAB no qual há espaços, recursos materiais e humanos determinados pela CAPES para seu funcionamento. Há um envolvimento da gestão municipal na manutenção do mesmo e uma preocupação do Coordenador em oferecer um ambiente adequado para o estudo e o trabalho dos que utilizam o espaço. Dessa forma, não apareceram, nas entrevistas, pedidos de melhoria, como foi o caso do polo descrito anteriormente. Então, em relação à organização do polo de apoio presencial, parece que o que faz diferença é realmente o interesse político do município em fazer com que o local funcione de forma adequada.

Polo de Governador Valadares

O polo de Governador Valadares existe desde 2007, possui um prédio próprio, construído exclusivamente para esse fim, pois a gestão municipal se preocupa com o funcionamento dos cursos da UAB.

Nesse município, o Coordenador do polo é servidor da Prefeitura cedido para essa função. Então, ele trabalha exclusivamente no polo de segunda a sábado. Há, também, vários funcionários da Prefeitura como faxineira, gerente de manutenção, secretária de ensino, auxiliar de secretaria, técnico de informática, bibliotecária, química responsável por cinco laboratórios, entre eles de biologia, química e física. São duas equipes de funcionários, cada uma trabalhando meio expediente, todos pagos pela Prefeitura. Assim, há um investimento real do município no polo.

A quantidade de cursos no polo é grande. Diante disso, há poucas salas de aula, pois o prédio é também ocupado com laboratórios,

biblioteca, secretaria de cursos, sala de reunião, sala de tutores, sala de coordenação e cozinha. Para sanar essa falta de salas de aula, junto ao polo há uma escola estadual que empresta salas para os encontros minimizando esse problema. Assim, são utilizadas 25 salas dessa escola para os cursos a distância, que também possui um laboratório que geralmente é utilizado para os cursos de artes e de geografia.

Segundo o Coordenador, o polo fica aberto de segunda a sexta feira, de 13h às 22h, e aos sábados de 7:30h até o momento que precisar. Se algum curso precisar usar o espaço aos domingos, também é possível abrir para atender. Então, a abertura do polo e seu funcionamento dependem da demanda dos cursos. Para uma melhor organização dos cursos, todos os tutores fazem um agendamento prévio de espaços e materiais que irão utilizar.

O polo começou a ser pensado e estruturado em 2006. O Coordenador relata que recebeu um projeto para sua construção e a ideia do que seria necessário registrada em um caderno e que tudo foi pensado para que uma Universidade atuasse ali com cinco cursos. Então, ele participou das decisões sobre a construção do prédio, a montagem das salas e dos laboratórios e também das discussões sobre a vinda de cada Universidade e de cada curso, do crescimento do polo, do aumento significativo de instituições e cursos que atuam no mesmo.

Ele também relatou que o local é usado para cursos que não são da UAB. São cursos de instituições públicas que precisam de um espaço na cidade. Assim, se há espaço disponível, ele é emprestado.

Para o Coordenador, a relação do polo com a Prefeitura é satisfatória, pois a mesma financia o funcionamento da unidade pagando funcionários e mantendo a infraestrutura. Além disso, há uma abertura, na Prefeitura, para que se busque material necessário, assim como em relação aos outros órgãos ligados à gestão municipal. Junto a isso, também relatou que faz algumas parcerias para ajudar nas despesas diárias do prédio com materiais de limpeza, higiene, manutenção dos laboratórios, internet, entre outros. Essas parcerias acontecem por meio de contrapartidas das instituições que não fazem parte da UAB e utilizam o espaço do polo.

Ficou claro que há um diálogo grande da unidade com a Prefeitura. O Coordenador é chamado para reuniões para tratar da situação do

município e de planejamento de ações futuras. O polo é tratado como uma espécie de órgão da Prefeitura. Quanto a melhorias para o polo, os entrevistados relataram a necessidade de maiores investimentos em biblioteca e computadores.

Ao mesmo tempo, os tutores consideram que a estrutura do polo atende bem aos cursos, pois há espaço para salas de aula, laboratórios e biblioteca, além da sala de tutores, professores, entre outros espaços, bem como consideram também importante a questão do local estar sempre aberto para os alunos.

Em 2013, foram ofertados 24 cursos, sendo 13 de graduação. Somados, os cursos abrangem diversas áreas do conhecimento e, desse modo, é possível atender um público com diversos interesses. Para o Coordenador, essa diversidade é um ponto forte do polo.

Do exposto, depreende-se que o polo está bem estruturado e atende uma diversidade de áreas da educação. Como visto, isso é possível devido ao envolvimento e investimento da Prefeitura do município. Foram apontados pontos positivos em relação à infraestrutura e à organização do polo. Como aspectos a serem melhorados, destacam-se o acervo da biblioteca, a manutenção dos computadores e a melhoria no acesso à internet.

Considerações finais

Para o funcionamento dos cursos UAB as Universidades elaboraram os projetos dos cursos, os materiais, prepararam professores e tutores para o trabalho e em contrapartida as Prefeituras precisam sustentar os polos em relação ao espaço físico, aos recursos materiais como biblioteca e laboratórios e demais recursos humanos necessários para o funcionamento de uma instituição de ensino. Se isso não ocorrer, há um comprometimento no desenvolvimento dos cursos, pois os profissionais e alunos sentem-se inseguros e desprotegidos para cumprir seus papéis. Coordenadores de polo, tutores, coordenadores de curso e professores recebem bolsas e os demais funcionários são pagos pelas Prefeituras, cada parte possuindo um papel a cumprir.

A pesquisa evidenciou que o polo é melhor equipado e possui melhor estrutura quando está em uma localidade em que a gestão municipal se preocupa com o desenvolvimento dessa política de formação docente. No geral, todos possuem os mesmos horários de funcionamento e recebem alunos para tirar dúvidas com os tutores, para estudar em grupo e realizar avaliações presenciais. Um limite apresentado pelos participantes da pesquisa, em todos os polos, se relaciona ao fraco acervo das bibliotecas diante da importância de uma formação sólida de professores.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. *Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006*. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil. 2006a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Decreto/D5800.htm>. Acesso em: 31 mai. 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75723>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL / COORDENADORIA DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR-UAB/ CAPES. *Novo Portal UAB*. 2015. Disponível em <<http://www.uab.capes.gov.br>>. Acesso em 20 mai. 2015.